

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.393.976 - MS
(2018/0292409-6)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : WANDERLEIA DE FREITAS MANN
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

WANDERLEIA DE FREITAS MANN agrava de decisão que inadmitiu seu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul** (Agravado n. 0028739-43.2018.8.12.0001).

Durante a fase de execução penal, foi indeferido à agravante o benefício do livramento condicional, por ausência de preenchimento do requisito subjetivo.

A agravante suscitou a violação dos arts. 83, III, do Código Penal, e 112, § 2º, da Lei n. 7.210/1984, mas o recurso especial foi inadmitido durante o juízo prévio realizado pelo Tribunal local, o que ensejou a interposição deste agravo, no qual são impugnados os óbices das Súmulas n. 7 e 83 do STJ.

Requer a concessão do benefício.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo **não provimento** do recurso.

Decido.

O agravo é tempestivo e preencheu os demais requisitos de admissibilidade, motivos pelos quais passo à análise do recurso especial.

Ao analisar os autos, verifico que a Corte estadual entendeu que a reeducanda, embora tenha preenchido o requisito objetivo, não possui mérito (requisito subjetivo) para a obtenção do livramento condicional (art. 83, III, do CP), haja vista a prática de "duas faltas disciplinares graves" (fl. 18), a denotar comportamento reprovável durante o resgate da pena.

Com efeito, a prática de atos de indisciplina pela apenada – sendo o último praticado em 3/5/2017 – foi o motivo principal para o indeferimento do livramento condicional, por ausência do preenchimento do art. 83, III, do CP. O comportamento desabonador não é tão antigo a ponto de incidir o direito ao esquecimento.

A lei não dispõe sobre o período depurador do ato indisciplina, sendo necessário suprir a lacuna, caso a caso. Existe norma jurídica que dispõe sobre a perda dos efeitos de uma tendência anti-social em cinco anos (art. 64, I, do CP), que pode ser utilizada, por analogia, como um parâmetro pelo aplicador do direito. Pode-se adotar, também, o período considerado pela jurisprudência para reconhecer a prescrição da falta disciplinar (3 anos).

Por um ou outro critério (5 ou 3 anos), não há como atender o pleito defensivo. O Supremo Tribunal Federal já salientou que a interpretação que se extrai do **art. 83, III, do CP** vai **além do mero atestado de boa conduta carcerária**, pois:

[...] a análise do requisito subjetivo pressupõe a verificação do mérito do condenado, que não está adstrito ao 'bom comportamento carcerário', como faz parecer a literalidade da lei, sob pena de concretizar-se o absurdo de transformar o diretor do presídio no verdadeiro concedente do benefício e o juiz em simples homologador" (HC n. 106.678, 1ª T, Rel. Ministro **Luiz Fux**, Dje 17/4/2012).

Assim, não prospera a tese de violação dos dispositivos federais assinalados pela defesa, pois: "Legítima é a denegação de livramento condicional com base em fundamentos concretos, que acarretam o não preenchimento do requisito subjetivo, como o **histórico carcerário conturbado do apenado**" (AgRg no HC n. 414.730/MS, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**, 6ª T., DJe 14/3/2018).

O acórdão recorrido se conforma com a jurisprudência sobre o tema, o que atrai a aplicação da Súmula n. 568 do STJ. Confira-se:

Esta Corte Superior de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que "**a prática de falta grave pelo apenado no curso da execução penal - no caso, fugas do estabelecimento prisional - constitui motivo suficiente para denegar o livramento condicional, por ausência do preenchimento do requisito subjetivo**

previsto no art. 83 do Código Penal" (AgRg no HC n. 360.854/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 6/9/2017).

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp n. 1181847/RS, Rel. Ministro Felix Fischer, 5ª T., DJe 28/2/2018, destaquei).

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do Código de Processo Civil, c/c o art. 3º do Código de Processo Penal, e no art. 253, parágrafo único, II, "b", parte final, do RISTJ, **conheço do agravo e nego provimento ao recurso especial.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator